

O tímido projeto da Fecomercio

Diário do Comércio

Marcos Cintra – 15/05/2006

A Fecomercio está propondo uma reforma tributária em duas etapas. A primeira unificaria o ICMS, o IPI, o ISS, o PIS/Pasep, a Cofins e o Simples em um imposto sobre o valor agregado com alíquota de 12%. A segunda fase uniria o Imposto de Renda (pessoa física e jurídica), a CSLL e as contribuições previdenciárias em um imposto sobre a renda com alíquota de 17%. O projeto da Fecomercio simplifica. Porém, destrói importantes conquistas parciais já obtidas com a tributação simplificada para as micro e pequenas empresas -o Simples, que seria eliminado. Nesse sentido, a proposta é um retrocesso.

Cabe destacar ainda o irrealismo quantitativo do projeto. As alíquotas dos novos impostos a serem criados estão subestimadas relativamente aos níveis atuais de arrecadação. É importante citar que as alíquotas atuais necessárias para os dois impostos seriam de 18%, no caso do IVA, e de 20% para o Imposto de Renda. É improvável que medidas reduzam despesas numa magnitude que permita praticar alíquotas como as projetadas. É inquestionável a necessidade de reduzir as despesas públicas. Mas a reforma tributária não pode permanecer em compasso de espera até que outras ações sejam implementadas. O argumento de que é preciso primeiro reduzir gastos para depois mudar a estrutura de impostos é continuar fazendo o jogo dos que se beneficiam de sistema que castiga o assalariado e as empresas formais. Quem ganha com a postergação da reforma tributária são as atividades informais, os sonegadores e o governo federal. Outra limitação do trabalho da Fecomercio é incorporar de forma indiscriminada o conhecimento convencional que sataniza a cumulatividade e endeusa os impostos sobre valor agregado e sobre a renda.

Muitos acreditam que as fraudes fiscais devem ser combatidas com fiscalização mais invasiva e com medidas punitivas mais rigorosas. Isso é uma meia verdade. Intensificar o controle e a fiscalização pode inibir, mas não evita que contribuintes graúdos, pessoas físicas ou empresas, escondam patrimônio e faturamento. A concepção de um projeto de reforma tributária deve prevenir essas ocorrências. Não basta fiscalizar e punir.

A proposta da Fecomercio, apesar de avançar ao propor drástica redução nas bases tributárias a serem utilizadas, comete erro capital ao repudiar a experiência acumulada no Brasil com o uso da movimentação financeira como base de incidência. Sua utilização tornaria o sistema mais simples e ao mesmo tempo mais justo e menos discriminatório.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque é vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas.

E-Mail: mcintra@marcoscintra.org